

DESEMPENHO SOCIOECONÔMICO, GESTÃO FISCAL E TRANSPARÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Socioeconomic performance, fiscal management and transparency: an analysis of Brazilian municipalities

Renata Braga Berenguer de Vasconcelos
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar relação da transparência com o desenvolvimento socioeconômico, mediada pela gestão fiscal, nos municípios brasileiros. Para tanto, o estudo analisa 4.267 municípios no período de 2017 a 2022 por meio de regressão com dados em painel. Os resultados indicam que a transparência das informações contribui para a melhoria da autonomia e para redução dos gastos de pessoal dos municípios. Verifica-se, portanto, uma relação direta entre a transparência e o desempenho socioeconômico, e uma relação indireta, mediada pela gestão fiscal. Por outro lado, os resultados também apontam uma relação negativa entre a transparência e os investimentos públicos. É possível observar que os investimentos só apresentam relação positiva e significativa com o desenvolvimento socioeconômico quando se considera o efeito da transparência das informações acerca do ente público. Tais resultados sugerem que a promoção de práticas de divulgação de informações pode fortalecer o controle social e reduzir os níveis de corrupção dos municípios, o que pode afetar as decisões financeiras dos gestores públicos a fim de priorizarem projetos mais eficientes e que promovam o bem-estar da sociedade.

Palavras-chave: gestão fiscal, transparência, desempenho socioeconômico.

SUMMARY

This article aims to analyze the relationship between transparency and socioeconomic development, mediated by fiscal management, in Brazilian municipalities. To this end, the study analyzes 4,267 municipalities from 2017 to 2022 through panel data regression. The results indicate that the transparency of information contributes to the improvement of autonomy and to the reduction of personnel costs in the municipalities. There is, therefore, a direct relationship between transparency and socioeconomic performance, and an indirect relationship, mediated by fiscal management. On the other hand, the results also point to a negative relationship between transparency and public investments. It is possible to observe that investments only have a positive and significant relationship with socioeconomic development when considering the effect of transparency of information about the public entity. Such results suggest that the promotion of information disclosure practices can strengthen social control and reduce the levels of corruption in municipalities, which can affect the financial decisions of public managers in order to prioritize more efficient projects that promote well-being of society.

Keywords: fiscal management, transparency, socioeconomic performance.

1 INTRODUÇÃO

A administração pública tem por finalidade atuar em favor do interesse público em conformidade com as necessidades dos cidadãos. Assim, o Estado busca proporcionar o bem-estar social e gerar desenvolvimento socioeconômico a partir das funções alocativa, distributiva e estabilizadora. Como pondera Louzano et al. (2019), o desenvolvimento socioeconômico ocorre a partir de uma gestão eficaz, transparente, responsiva e responsável. Neste sentido a Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 200, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) promoveu um importante avanço ao estabelecer normas de responsabilização fiscal, impondo o controle de gastos dos entes federativos e promovendo o equilíbrio das contas públicas.

Assim, tem-se verificado estudos que relacionam o desempenho socioeconômico às práticas de gestão fiscal (LEITE FILHO; FIALHO, 2015; PASSOS et al., 2022; LOUZANO et al., 2019; MURSHED et al., 2020; HABBE, 2021). Nesta perspectiva, propõe-se que uma gestão fiscal eficiente favorece a alocação de recursos em áreas prioritárias à comunidade, garantindo a prestação de serviços públicos e maiores índices de desenvolvimento humano, qualidade de vida e bem-estar.

Por outro lado, autores como Ling e Roberts (2014) e Porumbescu (2016) têm atrelado o desenvolvimento econômico a ações de transparência. Como ressaltam Kopits e Craig (1998), a transparência pode ser entendida como a abertura para a sociedade sobre a estrutura e as funções do governo, as intenções da política fiscal, as contas do setor público e suas projeções. Ling e Roberts (2014) e Porumbescu (2016) destacam que as práticas de transparência e *accountability* fortalecem o exercício da cidadania e o controle social, contribuindo para implementação de políticas públicas que resultem em maior bem-estar à sociedade.

Neste sentido, a literatura tem tratado as contribuições da transparência e da gestão fiscal sobre o desempenho socioeconômico como fatores segregados, assim, não consideram que a transparência pública pode interferir na eficiência dos gastos públicos e ter efeitos diretos sobre a gestão fiscal. Como destacam Wehner e Renzio (2013) e Simone et al. (2019), a divulgação de informações sobre o ente público tende a aumentar a visibilidade das decisões orçamentárias e ampliar a responsabilidade dos políticos sobre as metas fiscais, promovendo melhorias na alocação dos recursos públicos.

Como consequência, pode-se argumentar que a transparência pública pode contribuir para uma gestão fiscal mais responsável ao se tornar um instrumento de controle social e de combate à corrupção. Neste sentido, a transparência de informações contribuiria diretamente com o desempenho socioeconômico, mas também de forma indireta a partir da sua relação com a gestão fiscal.

Ademais, também deve-se destacar que a literatura, muitas vezes, tende a observar as relações a nível nacional (MURSHED et al., 2020; HABBE, 2021; SIMONE et al., 2019; LING; ROBERTS, 2014; PORUMBESCU, 2016), desconsiderando as realidades subnacionais. Todavia, como destacam Louzano et al. (2019), o processo descentralização política e financeira ocorrido no Brasil, acarretadas pelas alterações na Constituição Federal, tem atribuído cada vez mais peso ao papel dos municípios no atendimento às demandas sociais, o que põe em evidência a análise de sua capacidade fiscal. Além disso, percebe-se que desenvolvimento socioeconômico vem ocorrendo de forma heterogênea dentro dos municípios, o que instiga o desenvolvimento de pesquisas a partir de uma realidade subnacional.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação da transparência com o desenvolvimento socioeconômico, mediada pela gestão fiscal, nos municípios brasileiros. Para tanto, o estudo considera a hipótese de uma relação direta entre a transparência e o desenvolvimento socioeconômico e uma relação indireta, mediada pela gestão fiscal. Parte-se, portanto, de uma perspectiva mais ampla que busca apresentar novas considerações e discussões sobre a atuação fiscal na promoção do desenvolvimento social.

Para tanto, o estudo analisa 4.267 municípios no período de 2017 a 2022, e observa o desempenho fiscal a partir de indicadores que revelam perspectivas diversas da capacidade fiscal do município. Diferentemente dos estudos anteriores que observam a gestão fiscal a partir do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) (LOUZANO et al., 2019; ROSA et al., 2021; PASSOS et al., 2022), aqui se busca observar as relações a partir de diversas perspectivas que refletem a eficiência fiscal da gestão pública, o que pode proporcionar reflexões importantes acerca da aplicação de normas fiscais e do desenvolvimento de políticas públicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desempenho socioeconômico e fiscal

O desenvolvimento socioeconômico compreende a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população a partir da realização de mudanças institucionais. Para tanto, envolve, além da geração de emprego e renda e do crescimento econômico, a qualidade na oferta de serviços de saúde, educação, saneamento básico e etc. Para tanto, cabe ao Estado fazer uso de aparatos para promover o desenvolvimento socioeconômico e a distribuição de renda (LOUZANO et al., 2019).

Neste sentido, a gestão fiscal pode fornecer os recursos necessários para a implementação de programas sociais que garantam o fornecimento de serviços públicos, especialmente, aos mais pobres (MURSHED et al., 2020). Como destacam os autores, uma gestão fiscal mais robusta tende a facilitar a tributação da parcela da sociedade com renda mais alta e a promover a implementação e o sucesso de políticas públicas. Assim, os autores defendem que a capacidade fiscal é um importante determinante para a promoção do bem-estar à população.

De modo semelhante, Habbe (2021) observou que o desempenho fiscal pode contribuir para melhoria do índice desenvolvimento humano (IDH) e redução da pobreza. Mais especificamente, o autor indica que uma maior autonomia fiscal, ou seja, uma maior capacidade de gerar receita local, tende a possibilitar a realização de investimentos que promovam serviços e infraestrutura básica para a sociedade, proporcionando maior bem-estar.

No Brasil, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), impôs um maior rigor no processo de planejamento e execução orçamentária. A Lei buscou disciplinar a gestão dos recursos públicos, tornando a gestão pública mais responsável e transparente. Assim, a LRF delimitou os gastos públicos, buscando equilibrar receitas e despesas e promover investimentos em áreas prioritárias. Contudo, como destacam Louzano et al. (2019), o uso eficiente do recurso para promoção do desenvolvimento ainda se constitui um desafio para os municípios brasileiros, que enfrentam desequilíbrios fiscais, disparidades regionais e centralização da arrecadação.

Apesar dos desafios, estudos têm verificado uma relação positiva entre a gestão fiscal e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios brasileiros. Leite Filho e Fialho (2015), por exemplo, identificaram uma relação positiva entre a

autonomia municipal e seu desempenho em termos de educação e saúde, Rabêlo e Mourão (2014), por sua vez, verificaram que a gestão fiscal pode contribuir para o IDH na região do Vale da Ribeira. Do mesmo modo, Passos et al. (2022) também observaram uma associação positiva entre a qualidade da gestão fiscal e o desempenho socioeconômico do município do Rio de Janeiro, indicando que o desempenho fiscal pode afetar a capacidade da gestão pública em melhorar a qualidade de vida da população e atender os anseios sociais. Contudo, os autores também observaram períodos de tempo onde a relação não se mostrou significativa, sugerindo o desenvolvimento de novas pesquisas que considerem outras variáveis.

Em um estudo mais amplo, Rosa et al. (2021) observaram que um melhor equilíbrio fiscal tende a possibilitar um melhor gerenciamento das contas públicas, facilitando os investimentos em áreas prioritárias como saúde e educação. Os autores verificaram que a gestão fiscal contribui para a melhoria dos indicadores de educação, saúde e habitação. Assim, seus resultados propõem a existência de uma associação positiva entre a responsabilidade fiscal e social, demonstrando que o equilíbrio das contas públicas pode promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Louzano et al. (2019), por sua vez, também identificaram que uma gestão fiscal pode propiciar melhoria dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, contudo, não identificaram causalidade entre a gestão fiscal e o desenvolvimento. Para os autores, a adequação das finanças públicas às normas fiscais pode restringir a oferta de bens e serviços à população, intervindo nos resultados sociais obtidos pelo município e no desenvolvimento local.

Contudo, deve-se destacar que tais pesquisas analisam a gestão fiscal de forma consolidada, muitas vezes, restringindo-se ao uso do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) como *proxy* para mensurar o desempenho fiscal (LOUZANO et al., 2019; ROSA et al., 2021; PASSOS et al., 2022), porém, não estabelecem a contribuição de cada um dos seus indicadores para o desenvolvimento municipal. Como ressalta Louzano et al. (2019), o desmembramento dos componentes da gestão fiscal pode revelar novos resultados e auxiliar na compreensão da relação.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal, criado pela Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), mensura a gestão fiscal a partir de quatro indicadores: Autonomia, Gasto com Pessoal, Liquidez e Investimentos. Como destacam Santos e Machado (2021), tais indicadores se encontram em consonância com a diretrizes e limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e cada um revela uma dimensão da situação fiscal do município.

Conforme o FIRJAN (2021), a autonomia indica a capacidade do município em financiar a sua estrutura administrativa, considerando as receitas locais gerada pelo próprio ente federativo, relacionadas à sua atividade econômica. Neste sentido, uma maior autonomia indica não apenas uma maior capacidade de o município arcar com sua estrutura administrativa, como também de dispor recursos para despesas com atividades-fim como saúde, educação, saneamento dentro outras. De tal forma, propõe-se a seguinte hipótese:

H₁: A Autonomia mantém uma relação positiva com o desenvolvimento municipal.

O Gasto com Pessoal indica o comprometimento dos recursos públicos com as despesas de pessoal declaradas pelos poderes Executivo e Legislativo do município. A fim de evitar a rigidez orçamentária e possibilitar a alocação de recursos em outras despesas no âmbito municipal, a LRF (BRASIL, 2000) impôs um limite para os gastos com pessoal, que não podem exceder 60% da Receita Corrente Líquida. A fim de

manter o mesmo sentido dos demais indicadores fiscais, o presente estudo considera para cálculo da variável o inverso do Gasto com Pessoal, denominando-a de Economia com Pessoal. Como sugere o FIRJAN (2021), quanto mais próximo de 1 for o indicador, menor será o comprometimento do orçamento do município com a folha salarial e, conseqüentemente, maior a flexibilidade orçamentária para a execução de políticas públicas.

H₂: A Economia com Pessoal município mantém uma relação positiva com o desenvolvimento municipal.

A Liquidez, por sua vez, indica a capacidade do município em cumprir suas obrigações financeiras, ponderando a relação entre a postergação de despesas por meio dos restos a pagar e a disponibilidade de caixa da prefeitura. O Art. 42 da LRF (BRASIL, 2000) estabelece que é vedado à gestão municipal, “nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”. Desta forma, o cumprimento da LRF possibilita que o município tenha recurso financeiro suficiente para honrar as despesas postergadas para o próximo mandato. Apesar da condição legal se aplicar apenas a período de transição de mandato, o FIRJAN (2021) considera uma boa prática financeira manter a liquidez alta em todos os períodos, possibilitando melhor gerência dos recursos financeiros e maior credibilidade do município. Assim, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H₃: A Liquidez mantém uma relação positiva com o desenvolvimento municipal.

Por fim, o indicador Investimentos mensura a parcela de investimentos nos orçamentos municipais, e sugere a capacidade do município em gerar bem-estar e competitividade a sua população. Considera-se que um maior nível de investimento público proporciona a garantia de serviços necessários à sociedade e melhoria da qualidade de vida.

H₄: O Investimento mantém uma relação positiva com o desenvolvimento municipal.

Conforme apresentado, cada indicador revela um aspecto diferente da gestão fiscal e reflete sobre como os municípios administram seus recursos públicos. Assim, considera-se que a análise de cada indicador e sua relação com o desenvolvimento municipal pode contribuir para a compreensão das particularidades fiscais dos municípios e para o desenvolvimento de políticas públicas assertivas.

Contudo, as considerações apresentadas pela literatura permitem questionar se o desenvolvimento socioeconômico também pode ser determinado pelas práticas de transparência adotadas pelo município, que por sua vez, também podem influenciar o desempenho da gestão fiscal. Tal ponderação requer um maior debate teórico, apresentado na seção seguinte.

2.2 Transparência pública

A Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976) avalia o direito de propriedade e considera o papel dos conflitos de interesse entre o principal e agente. Na relação de agência, o principal (*outsider*) nomeia um agente para executar uma atividade em seu nome. No momento em que cada participante buscar maximizar sua própria utilidade, haverá a existência de um conflito de agência, caracterizada pela existência de assimetrias de informação entre ambos participantes da relação e custos de agência.

Apesar de ser uma teoria que emerge da firma, a relação de agência também pode se estabelecer no âmbito público, visto que o cidadão delega poder ao gestor

público a partir do seu voto para agir conforme seu interesse. Tal qual na relação de agência, pode haver conflitos de interesse e assimetria de informações entre esses papéis, à medida que os gestores procuram maximizar sua própria utilidade.

Contudo, como ressaltam Leuz e Verrecchia (2000), a divulgação de informações (*disclosure*) desempenha um papel importante na redução dos conflitos de agência. Afinal, o compromisso de aumentar os níveis de divulgação reduz a possibilidade de surgir assimetrias de informação, possibilitando que o principal conte com informações úteis para a tomada de decisão.

Assim, as divulgações e as práticas de transparência podem servir como instrumentos de diferenciação no setor público e serem úteis na obtenção de vantagens comerciais. Como destacam Alt e Lassar (2006) e Mota, Diniz e Santos (2017), uma maior transparência do setor público pode possibilitar a redução da assimetria de informação e dos conflitos de agência, permitindo ao cidadão o monitoramento das ações do gestor público. Ademais, como ressaltam Wehner e Renzio (2013) e Simone et al. (2019), a transparência das informações aumenta a visibilidade das decisões orçamentárias e a previsibilidade das negociações do governo, tornando-a um instrumento importante na prevenção da corrupção e da manipulação fiscal.

Sedmihradská e Haas (2012) explicam que a transparência das informações pode limitar os gastos públicos de três formas: pela redução da ilusão fiscal, uma vez que a transparência tende a aumentar a responsabilidade dos políticos com as metas fiscais; pela redução da assimetria de informação que promove a prestação de contas e estimula a competição política a partir de promessas mais realistas; e pela aplicação de regras fiscais mais fortes, visto que a transparência é condição necessária para que as regras levem à disciplina fiscal. Contudo, apesar do debate teórico, as evidências empíricas dos autores não identificaram relação positiva e significativa entre a gestão fiscal e a transparência pública.

Estudos mais recentes, como os desenvolvidos por Simone et al. (2019), Montes, Bastos e Oliveira (2019) e Cicatiello et al. (2021), têm indicado que a implementação de melhores práticas de transparências pode acarretar uma melhor performance fiscal, inclusive, na atração de investimentos estrangeiros diretos. Tais resultados sugerem que a transparência pode ser um instrumento importante de responsabilização dos políticos e de melhoria da eficiência dos gastos públicos.

Contudo, os autores ressaltam que estas relações dependem do grau de democracia presente no ambiente institucional (WEHNER; RENZIO, 2013; SIMONE et al., 2019) e das mudanças políticas e econômicas que ocorrem neste ambiente (JARMUZEK, 2006). Tais considerações, revelam a necessidade de analisar destas relações não apenas ao nível macro, de países, como realizada nestes estudos, mas principalmente, de compreender estas relações a nível micro, considerando as particularidades econômicas, fiscais e legais do país.

Deste modo, nesta pesquisa, questiona-se também se a transparência fiscal pode não somente contribuir para uma gestão fiscal mais efetiva, como também gerar melhorias no desenvolvimento econômico-social do município. Como ressaltam Silva e Crisóstomo (2019), a transparência e o controle que influenciam a gestão fiscal podem ser fatores capazes de otimizar os resultados no setor público, visto que podem conduzir os gestores públicos a boas práticas gerenciais. Porumbescu (2016), no entanto, pondera que ainda que a transparência não se traduza na melhoria dos serviços prestados, ela influencia a percepção dos cidadãos sobre as ações do setor público, melhorando a relação entre os cidadãos e o governo. Desta forma, este

estudo considera que maiores índices de transparência podem afetar ainda que indiretamente o desenvolvimento municipal.

Como destacam Ling e Roberts (2014), a transparência pública pode contribuir para a implementação de políticas públicas mais inclusivas, proporcionando melhoria do desenvolvimento social. Ademais, estudo desenvolvido por Cruz et al. (2012) indicou uma associação positiva entre os níveis de transparência acerca da gestão pública e as condições socioeconômicas municipais. Comin et al. (2016), por sua vez, também observaram uma relação positiva entre o índice de atendimento à lei de acesso à informação e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). Tais resultados respaldam que a transparência pública não somente pode promover a melhoria da gestão fiscal, como também proporcionar melhores índices de desenvolvimento municipal.

Neste sentido, propõe-se que a transparência fiscal mantém uma relação direta e positiva com o desempenho socioeconômico, como também uma relação indireta, mediada pela gestão fiscal.

H₅: A transparência pública mantém uma relação positiva com o desenvolvimento municipal.

H₆: A relação entre a transparência pública e o desempenho socioeconômico é mediada pela gestão fiscal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho pode ser considerado um estudo exploratório a partir da utilização de método quantitativo, mediante a obtenção de dados secundários. A população deste estudo é composta pelos 5.568 municípios brasileiros, mais o Distrito Federal. A amostra, por sua vez, foi composta pelos municípios que tiveram seus resultados fiscais, econômicos e sociais divulgados na base de dados do IGM/CFA e Firjan no período de 2017 a 2022, totalizando 4.267 municípios. O período de análise de dá em virtude da disponibilidade dos dados nas bases utilizadas.

O desenvolvimento municipal, considerado como variável dependente do modelo, foi mensurado a partir do Índice de Desempenho Municipal (IDM), considerado pelo IGM/CFA. Estudos anteriores têm utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) ou o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) como *proxy* para o desenvolvimento municipal (SANTOS; MACHADO, 2021; KARRUZ; VIEIRA, 2019; PASSOS, et al. 2022), contudo, tais indicadores não são divulgados periodicamente, o que dificulta a realização de uma análise ao longo dos anos. Todavia, destaca-se que Índice de Desempenho Municipal considerado pelo IGM/CFA é mensurado a por meio de indicadores referentes à aspectos relacionados à saúde, educação, segurança, saneamento, meio ambiente e vulnerabilidade social, muitos dos quais também compõem as métricas do IDH-M e do IFDM, o que indica a sua capacidade de revelar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Por sua vez, as variáveis de gestão fiscal foram compostas por meio dos indicadores de gestão fiscal, que estão apresentados no Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Destaca-se que autores como Passos et al. (2022), Santos e Machado (2021), Silva e Crisóstomo (2019), Leite Filho et al. (2018) já vem utilizado o IFGF como *proxy* para mensurar a gestão fiscal em seus estudos. Contudo, nesta pesquisa, optou-se por considerar cada indicador que compõe o IFGF a fim de observar sua relação com o desenvolvimento municipal, conforme as hipóteses indicadas neste estudo.

Quadro 1 – Variáveis mediadoras

Variável	Descrição	Forma de cálculo	Fonte
AUTO	Autonomia	(Receita da Atividade Econômica Local - Gastos com a estrutura administrativa) / Receita Corrente Líquida	FIRJAN
E_PESS	Economia com pessoal	1/ (Despesa Líquida com Pessoal / Receita Corrente Líquida)	FIRJAN
INV	Investimento público	(Investimentos + Inversões Financeiras) / Receita Total	FIRJAN
LIQ	Liquidez	(Caixa - Restos a Pagar) / Receita Corrente Líquida	FIRJAN

Fonte: A autora (2023).

Por sua vez, a transparência pública foi mensurada a partir do índice de transparência, disponibilizado pelo IGM/CFA. Ademais, foram consideradas variáveis de controle, relacionadas à situação financeira do município como os gastos com legislativo, situação previdenciária, e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, e também se incluiu o tamanho do município em termos de quantitativo da população e uma *dummy* indicando ser uma capital ou não. O Quadro 2 apresenta as variáveis independentes e de controle, consideradas neste estudo.

Quadro 2 – Variáveis independentes e de controle

Variável	Descrição	Forma de cálculo	Fonte
TRANSP	Disponibilidade de informações	Nº de informações disponíveis nas bases de dados federais/ Total de base de dados	IGM/CFA
G_LEG	Gasto per capita do legislativo	Gasto com Legislativo/ Tamanho da população	IGM/CFA
ISP	Situação previdenciária	Nota obtida pelo Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)	IGM/CFA
PIB	PIB per capita	Produto Interno Bruto / Tamanho da população	IBGE
POP	População	Nº de habitantes do município	IBGE
D_CAP	Capital	<i>Dummy</i> indicando se o município se refere a uma capital	IBGE

Fonte: A autora (2023).

Espera-se que as variáveis financeiras como PIB per capita e Situação previdenciária também apresentem relação positiva, uma vez que a capacidade financeira do município possibilita a realização em investimentos em áreas prioritárias para a comunidade. Por sua vez, para a variável Gasto per capita do legislativo espera-se uma relação negativa, visto que um maior comprometimento da receita com o legislativo pode inibir a capacidade de alocação de despesas do município.

A fim de verificar os efeitos da gestão fiscal sobre o desenvolvimento municipal e testar a hipótese de mediação, foi utilizado regressão linear múltipla com dados em painel, cuja análise foi realizada por meio do pacote *plm* do *software* R. Para análise do modelo de regressão, foram verificadas as especificações do modelo de regressão, o que foi realizado por meio do pacote *lmtest* do *software* R. Deste modo, foram realizados os testes de Hausman, e teste F para analisar o efeito do modelo, o teste de Breusch-Pagan para avaliar a heterocedasticidade, e o teste de Durbin-Watson para analisar a autocorrelação. A fim de corrigir a presença de problemas de autocorrelação serial, heterocedasticidade e dependência cross-section, utilizou-se o estimador consistente de correlação espacial (SCC) de Driscoll e Kraay (1998).

Para análise das hipóteses da pesquisa, procurou-se seguir os procedimentos propostos por Baron e Kenny (1986), desta forma buscou-se verificar: a relação entre a variável independente (transparência) sobre a dependente (desenvolvimento

municipal); a relação entre as variáveis mediadoras (indicadores de gestão fiscal) sobre a variável dependente; a relação da variável independente sobre a mediadora; e a relação entre a variável independente e mediadora, conjuntamente, sobre a dependente. A análise da relação indireta, considerando a hipótese de mediação, foi realizada por meio do método de distribuição de produtos proposto por Mackinnon et al. (2002), a partir do pacote *Misty* do *software* R.

As equações 1 a 4 representam os modelos de regressão considerados neste estudo, conforme os procedimentos de Baron e Kenny (1996).

$$IDM_{it} = \alpha_i + \beta_1 TRANSP_{it} + \beta_2 ISP_{it} + \beta_3 G_LEG_{it} + \beta_4 PIB_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 D_CAP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$IDM_{it} = \alpha_i + \beta_1 IGF_{it} + \beta_2 ISP_{it} + \beta_3 G_LEG_{it} + \beta_4 PIB_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 D_CAP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$IGF_{it} = \alpha_i + \beta_1 TRANSP_{it} + \beta_2 ISP_{it} + \beta_3 G_LEG_{it} + \beta_4 PIB_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 D_CAP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

$$IDM_{it} = \alpha_i + \beta_1 IGF_{it} + \beta_2 TRANSP_{it} + \beta_3 ISP_{it} + \beta_4 G_LEG_{it} + \beta_5 PIB_{it} + \beta_6 POP_{it} + \beta_7 D_CAP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Sendo:

IDM_{it} = índice de desempenho do município i no ano t

α_i = constante

IGF_{it} = índices de gestão fiscal do município i no ano t : Autonomia, Economia com Pessoal, Investimentos e Liquidez.

$TRANSP_{it}$ = transparência do município i no tempo t

ISP_{it} = índice de situação previdenciária do município i no ano t

G_LEG_{it} = gasto com o legislativo do município i no ano t

PIB_{it} = PIB per capita do município i no ano t

POP_{it} = tamanho do município i no ano t

D_CAP_i = *dummy* indicando se o município se refere a uma capital

ε_{it} = termo de erro referente ao município i no ano t

4 RESULTADOS

Conforme apresentado nos procedimentos metodológicos, a amostra do estudo é composta por 4.267 municípios analisados nos anos de 2017 a 2022, dos quais 25 referem-se a capitais dos estados brasileiros. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na pesquisa. É possível observar que o Índice de Desempenho Municipal (IDM) médio dos municípios analisados é de 5,85, registrando um amplo desvio-padrão. Tais resultados relevam as divergências dos municípios brasileiros quanto à situação econômica-social vivenciada pelos seus habitantes.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Assimetria
IDM	5,85	5,80	9,67	0,60	1,38
AUTO	0,43	0,33	1,00	0,00	0,41
INV	0,44	0,38	1,00	0,00	0,26
LIQ	0,52	0,54	1,00	0,00	0,34
E_PESS	0,40	0,37	1,00	0,00	0,33
TRANSP	92,24	93,10	100,00	51,72	7,27

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Assimetria
ISP	1,40	0,70	6,00	0,00	1,53
G_LEG	90,94	79,93	2.939,86	0,00	58,10
PIB	21.619,19	15.851,48	583.171,85	3.190,56	21.102,32
POP	66.448,69	22.800,00	12.396.372,00	1.694,00	308.974,01

Fonte: A autora (2023).

A autonomia do município (AUTO) apresentou média de 0,43, o que indica a dificuldade quanto à capacidade de geração de receita locais que sustentem seu custo de existência, e a dependência de transferências distributivas. O investimento público (INV), por sua vez, apresentou média de 0,44, indicando que 44% das receitas totais são destinadas a investimentos capazes de gerar bem-estar aos cidadãos e gerar impactos sociais e econômicos. Por outro lado, é possível observar que, em média, os municípios considerados na amostra apresentam baixa capacidade de pagamento, uma vez que a liquidez (LIQ) obteve média de 0,52, indicando certa dificuldade em cumprir suas obrigações financeiras. Do mesmo modo, também é possível observar elevado comprometimento das receitas dos municípios com os gastos com pessoal (E_PESS = 0,40), o que pode se traduzir em dificuldades de manobras financeiras para execução de políticas públicas.

Quanto aos indicadores de transparência pública, é possível observar que, no geral, os municípios obtiveram bons resultados. É possível observar que, em média, os municípios costumam disponibilizar informações nas bases de dados federais (TRANSP = 92,24). Com relação à situação financeira do município, é possível observar que os gastos com legislativo e o PIB, em média, totalizam R\$ 90,94 e R\$ 21.619,19 per capita respectivamente. Contudo, também se verifica uma grande amplitude nos resultados obtidos entre os municípios analisados, indicando diferenças nas alocações dos gastos e na produção de riqueza. Do mesmo modo, também são identificadas diferenças na situação previdenciária (ISP) dos municípios, que revelam divergências não só no equilíbrio previdenciário, quanto também no cumprimento das normas de organização e funcionamento e de prestação de informações. Por fim, também é possível verificar grandes diferenças no tamanho das populações dos municípios analisados.

A Tabela 2 apresenta a correlação entre as variáveis consideradas neste estudo. Como é possível observar, dentre os indicadores de gestão fiscal, autonomia (AUTO) e a economia com pessoal (E_PESS) mantêm uma correlação positiva e moderada com o IDM. Já a correlação com a liquidez e os investimentos públicos são quase inexistentes. Também é possível observar correlação positiva do IDM com a transparência pública (TRANSP) conforme o esperado, e correlação positiva desta variável com os indicadores de gestão fiscal, com exceção dos investimentos públicos.

Tabela 2 – Matriz de correlação das variáveis

Variável	IDM	AUTO	INV	LIQ	E_PESS	TRANSP	ISP	G_LEG	PIB	POP
IDM	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO	0,40	1,00	-	-	-	-	-	-	-	-
INV	0,00	0,00	1,00	-	-	-	-	-	-	-
LIQ	0,03	0,18	0,13	1,00	-	-	-	-	-	-
E_PESS	0,29	0,40	0,19	0,22	1,00	-	-	-	-	-
TRANSP	0,32	0,39	-0,07	0,17	0,20	1,00	-	-	-	-
ISP	0,10	0,18	0,09	0,11	0,19	0,04	1,00	-	-	-
G_LEG	-0,13	0,12	0,03	0,06	0,02	-0,05	0,06	1,00	-	-
PIB	0,16	0,58	0,00	0,11	0,28	0,21	0,17	0,36	1,00	-
POP	0,04	0,17	-0,03	0,00	0,11	0,12	0,00	-0,05	0,11	1,00

Fonte: A autora (2023).

4.1 Resultado das regressões com dados em painel

Nesta seção, são apresentados os resultados das regressões em painel conforme os modelos de regressão indicados nos procedimentos metodológicos. Para realização da regressão em painel, foram avaliados, primeiramente, os pressupostos dos modelos. O teste de Hausman indicou que as equações de regressão deveriam ser estimadas por efeito fixo, cujo teste F confirmou a preferência do efeito fixo sobre a estimativa pooling. Ademais, o teste de Durbin Watson identificou autocorrelação nos resíduos, o teste de Breusch-Pagan também sugeriu a presença de heterocedasticidade, e o teste de Pesaran's CD indicou dependência cross-section nos modelos analisados, assim, foi utilizado o estimador SCC para corrigir tais problemas (DRISCOLL; KRAAY, 1998).

Primeiramente, buscou-se analisar a relação entre a transparência de informações e o desenvolvimento municipal, mensurado pelo IDM, conforme Equação 1. Do mesmo modo, também se buscou analisar a relação entre os indicadores da gestão fiscal e o IDM, conforme apresentado na Equação 2. Tais resultados se encontram apresentados nos Modelos 1 e 2 da Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados da regressão do IDM em função da transparência pública e dos indicadores de gestão fiscal separadamente

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	Coef.	T-value	Coef.	T-value
AUTO	-	-	0,384***	16,144
E_PESS	-	-	0,261***	23,299
INV	-	-	-0,005	-0,453
LIQ	-	-	-0,099***	-12,089
TRANSP	0,576***	8,098	-	-
ISP	0,259***	3,030	0,061	1,355
G_LEG	-0,172***	-2,631	-0,275***	-18,025
PIB	0,143***	5,087	0,023*	1,943
POP	0,018***	5,045	-0,013***	-3,084
D_CAP	-0,546***	-5,901	-0,623***	-7,960
R ² ajustado	0,129		0,200	
Teste de Hausman	$\chi^2=220,18^{***}$		$\chi^2=259,71^{***}$	
Teste F de análise de efeito	F=19,30***		F=17,11***	
Durbin-Watson	DW=0,63***		DW=0,61***	
Pesaran's CD	Z=9,51***		Z=3,63***	
Breusch-Pagan	BP=471,39***		BP=88,76***	
Erro-padrão robusto	SSC		SSC	
Ajuste do modelo	F=170,35***		F=170,35***	

***p-valor<0,01; **p-valor<0,05

Fonte: A autora (2023).

De maneira geral, verifica-se que os modelos apresentam baixo R², contudo, são condizentes aos estudos apresentados pela literatura. Não se busca aqui, desenvolver modelos que expliquem o desenvolvimento socioeconômico municipal, mas verificar os efeitos da gestão fiscal e da transparência pública. E, como destacam Passo et al. (2022), a gama de fatores que determinam o desenvolvimento municipal é superior às contempladas nos indicadores fiscais.

O Modelo 1 apresenta a relação entre a transparência das informações e o IDM. É possível observar que a disponibilidade de informações nas bases de dados federais apresenta relação positiva e significativa com o IDM, possibilitando aceitar a hipótese 5. De maneira geral, os resultados indicam que maiores índices de *disclosure* estão associados a melhoria do bem-estar da população. Afinal, a divulgação de

informações reduz os problemas de assimetria de informação e facilita o controle social, permitindo o exercício mais efetivo da cidadania.

Os resultados encontrados sugerem que a transparência é um elemento importante para a elaboração de políticas públicas que combatam a situação de pobreza e desigualdade no país (LING; ROBERTS, 2014). Os resultados encontrados, portanto, corroboram os estudos de Cruz et al. (2012) e Comin et al. (2016), indicando que a divulgação de informações fiscais e orçamentárias pode promover a justiça social e o engajamento da comunidade no atendimento às demandas sociais.

No modelo 2, são analisadas as relações diretas entre o desenvolvimento municipal e os indicadores de gestão fiscal. Os resultados diversos das variáveis analisadas permitem aprofundar as discussões apresentadas pela literatura. Enquanto as variáveis autonomia (AUTO) e economia com pessoal (E_PESS) reforçam os resultados já apresentados pela literatura, indicando que a gestão fiscal contribui de forma positiva e significativa com o desenvolvimento socioeconômico (LOUZANO et al., 2019; ROSA et al., 2021; PASSOS et al., 2022), as variáveis investimento público (INV) e liquidez (LIQ) apresentam comportamentos diversos.

Assim, os resultados revelam que a capacidade do município de gerar receita a partir da sua atividade econômica local e a redução dos gastos com a máquina pública contribuem para flexibilização orçamentária municipal, possibilitando a realização de investimentos que promovam a qualidade de vida da população e atentam seus anseios sociais. Tais resultados confirmam as hipóteses 1 e 2 deste estudo, e impulsionam a realização de ações governamentais voltadas para a disseminação de uma vocação fiscal responsável nos municípios brasileiros, visto que a atuação fiscal responsável indica um efeito direto e positivo sobre o desenvolvimento local, como destaca Sousa et al. (2013).

Por outro lado, é possível observar que a variável investimento público (INV) não apresentou relação significativa, contrariando a expectativa da literatura. Tal resultado pode revelar que os investimentos municipais não necessariamente são realizados para atender as demandas sociais, gerar bem-estar e competitividade. Ou, ainda que sejam realizadas, tendem a gerar retorno no longo prazo, contudo, o processo orçamentário, muitas vezes, atribui excessivo peso aos custos correntes de um projeto no curto prazo, independentemente de seus benefícios futuros como destaca Gobetti (2006).

Já a variável liquidez (LIQ) apresentou relação negativa e significativa com o IDM, contrariando a relação esperada. Apesar da manutenção de recursos em caixa para cumprir as obrigações financeiras do próximo período fiscal, em especial, do próximo mandato, ser uma boa prática da gestão financeira, os resultados sugerem que a retenção de recurso em caixa pode restringir a flexibilidade orçamentária para a realização de investimentos e projetos que atendam as demandas sociais. Ao manter recurso em caixa para cumprir os restos a pagar do próximo período, o município pode restringir a gestão dos seus recursos públicos no ano corrente e capacidade de promover o bem-estar social coletivo.

Apesar do resultado contradizer a expectativa da literatura, Orair e Siqueira (2018) destacam que a rigidez das normas fiscais e, por consequência, a limitação dos gastos públicos pode penalizar excessivamente a realização de investimentos. Deste modo ao invés de contribuir para o bem-estar social dos cidadãos, a rigidez gestão fiscal pode resultar em menores índices de desenvolvimento socioeconômico, como verificado na relação entre a liquidez e o IDM. Assim, não é possível aceitar as hipóteses 3 e 4 do presente estudo.

Com relação às variáveis de controle, é possível observar que apresentaram relações significativas com o IDM, com exceção do Índice de Situação Previdenciária (ISP). Os gastos com o legislativo (G_LESS) apresentou uma relação negativa, conforme o esperado, indicando que o comprometimento de recursos com o legislativo tende a inibir a realização de investimentos que gerem benefícios à população. O PIB per capita apresentou relação positiva e significativa com o IDS, indicando que a geração de riqueza no município contribui para melhores índices de bem-estar da população. Já a *dummy* capital apresentou relação negativa, indicando que municípios que não são grandes centros urbanos tendem a apresentar maior desenvolvimento socioeconômico. Por fim, o tamanho da população apresentou resultados inconclusivos, visto que houve mudança no comportamento da variável nos dois modelos.

Confirmada as relações diretas entre a transparência e os indicadores da gestão fiscal com o desenvolvimento municipal, procurou-se analisar as relações indiretas, a partir da hipótese de mediação. Para tanto, na Tabela 4 são apresentados os resultados da análise da regressão entre a transparência pública e os indicadores de gestão fiscal: autonomia (Modelo 3) e economia com pessoal (Modelo 5), e também são apresentados os resultados das regressões das variáveis de transparência e gestão fiscal, em conjunto, sobre o IDM (Modelos 4 e 6).

Tabela 4 – Análise da relação indireta, considerando a autonomia e a economia com pessoal

Variável dependente Variáveis independentes	Mediação: Autonomia		Mediação: Economia c/ pessoal	
	AUTO Modelo 3	IDM Modelo 4	E_PESS Modelo 5	IDM Modelo 6
TRANSP	0,489***	0,486***	0,223***	0,602***
AUTO	-	0,375***	-	-
E_PESS	-	-	-	0,302***
ISP	0,468***	0,099***	0,381***	0,160***
G_LEG	-0,093***	-0,294***	-0,192***	-0,271***
PIB	0,392***	0,047***	0,237***	0,123***
POP	0,035***	-0,008	0,042***	-0,007
D_CAP	0,300**	-0,652***	0,297***	0,630***
R ² ajustado	0,420	0,195	0,160	0,193
Teste de Hausman	$\chi^2=554,07***$	$\chi^2=181,28***$	$\chi^2=94,50***$	$\chi^2=399,77***$
Teste F de análise de efeito	F=44,96***	F=17,58***	F=5,58***	F=17,76***
Durbin-Watson	DW=0,59***	DW=0,60***	DW=1,02***	DW=0,63***
Pesaran's CD	Z= 38,23***	Z= 4,99 ***	Z=13,69***	Z=4,44***
Breusch-Pagan	BP=1719,10***	BP=151,17***	BP=202,77***	BP=127,01***
Erro-padrão robusto	SSC	SSC	SSC	SSC
Ajuste do modelo	F=744,33***	F=214,86***	F=197,47***	F=212,68***
Efeito indireto	-	0,238***	-	0,135***

***p-valor<0,01; **p-valor<0,05

Fonte: A autora (2023).

Como é possível observar, a divulgação de informações apresentou relação positiva e significativa com os indicadores de gestão fiscal nos Modelos 3 e 5, indicando que a divulgação voluntária de informações nas bases de dados federais contribui para a melhoria da autonomia fiscal do município e para redução de gastos com a estrutura administrativa. Tais resultados corroboram às pesquisas de Sedmihradská e Haas (2012), Simone et al. (2019), Montes, Bastos e Oliveira (2019) e Cicatiello et al. (2021), sugerindo que a adoção de práticas de transparência melhora a eficiência dos gastos públicos.

Os resultados sugerem que a transparência fiscal pode se configurar um instrumento importante para redução dos problemas de assimetria de informações e os custos de monitoramento, possibilitando que os cidadãos tenham controle mais efetivo sobre os gastos públicos realizados pelos seus municípios. Assim, a transparência fiscal tende a fortalecer o compromisso público assumido pelos governantes perante os seus cidadãos, tornando-os mais responsáveis de suas decisões orçamentárias e atentos ao cumprimento das metas fiscais.

Nos Modelos 4 e 6, por sua vez, são analisadas as relações da transparência em conjunto com os indicadores de gestão fiscal sobre o desempenho, considerando a hipótese de uma relação indireta. É possível verificar que o efeito indireto da transparência sobre o desempenho transmitido pela autonomia (0,238) e economia com pessoal (0,135) são estatisticamente significativos. Todavia, a presença do indicador fiscal de autonomia enfraquece a relação da transparência e o IDM (Modelo 4), enquanto que a inclusão do indicador fiscal de economia de pessoal fortalece esta relação.

Na Tabela 5, por sua vez, são apresentados os resultados da regressão da transparência de informações sobre o investimento (Modelos 7) e a liquidez (Modelo 9), e o resultado da relação das variáveis, em conjunto, sobre o desempenho (Modelos 8 e 10).

Tabela 5 – Análise da relação indireta, considerando o investimento e liquidez

Variável dependente Variáveis independentes	Mediação: Investimento		Mediação: Liquidez	
	INV Modelo 7	IDM Modelo 8	LIQ Modelo 9	IDM Modelo 10
TRANSP	-0,099***	0,672***	-0,007	0,668***
INV	-	0,034**	-	-
LIQ	-	-	-	-0,061***
ISP	0,119***	0,267***	0,317**	0,294**
G_LEG	0,017	-0,329***	0,138***	-0,321***
PIB	-0,014	0,195***	-0,055***	0,191***
POP	-0,007	0,005	-0,027**	0,003
D_CAP	0,167***	0,545***	0,164**	0,530**
R ² ajustado	0,011	0,150	0,028	0,151
Teste de Hausman	$\chi^2=37,93$ ***	$\chi^2=37,93$ ***	$\chi^2=59,15$ ***	$\chi^2=196,34$ ***
Teste F de análise de efeito	F=3,57***	F=3,57***	F=8,41***	F=18,88***
Durbin-Watson	DW=1,13***	DW=1,13***	DW=0,86***	DW=0,61***
Pesaran's CD	Z=5,77***	Z=5,77***	Z=71,94***	Z=6,90***
Breusch-Pagan	BP=28,80***	BP=28,80***	BP=101,1***	BP=134,17***
Erro-padrão robusto	SSC	SSC	SSC	SSC
Ajuste do modelo	F=13,00***	F=157,15***	F=31,36***	F=159,21***
Efeito indireto	0,011	-0,067***	0,028	-0,005

***p-valor<0,01; **p-valor<0,05

Fonte: A autora (2023)

Conforme apresentado no Modelo 7, é possível observar uma relação negativa e significativa entre a transparência e os investimentos, o que contraria a expectativa da literatura. Contudo, deve-se considerar que o aumento da divulgação das informações tende a tornar os governantes mais conscientes de suas decisões financeiras, o que pode acarretar na escolha de investimentos mais eficientes, que utilizem menos recursos financeiros. Ademais, deve-se observar também que a transparência de informações tende a reduzir os níveis de corrupção (CICATIELLO et al., 2020; WEHNER; RENZIO, 2013), o que pode afetar diretamente os orçamentos públicos, os custos das obras e dos projetos de investimento.

Tal relação pode ser melhor analisada comparando os resultados dos diferentes modelos apresentados. No Modelo 2, por exemplo, é possível verificar que a variável investimento público, per si, não apresenta relação significativa com o desenvolvimento municipal. Contudo, quando se considera o investimento ajustado pela transparência (Modelo 8), percebe-se que o investimento passa a apresentar uma relação positiva e significativa com o IDM. Tal resultado sugere que os investimentos públicos geram bem-estar socioeconômico quando acompanhados de adoção de medidas de transparência, que reduzam a corrupção, tornando os investimentos mais eficientes em termos de resultado gerados à população.

Por sua vez, a realização de investimentos que não são acompanhados de práticas de divulgação e transparência podem ser tornar ineficientes em termos de desenvolvimento socioeconômico. Por tal motivo, estatisticamente, o efeito indireto da transparência sobre o IDM transmitido pelo investimento é negativo e significativo (-0,067), o que é explicado pela relação entre a transparência e os investimentos discutida anteriormente.

Por fim, no Modelo 9 e 10, são observadas as relações a partir do indicador fiscal de liquidez. No Modelo 9, é possível verificar que não há relação significativa entre a divulgação de informações e a capacidade de pagamento do município. Neste sentido, os resultados indicam que a transparência parece não afetar a manutenção de recursos em caixa para cumprir as obrigações financeiras. Ademais, os resultados indicam que ainda que a transparência apresente uma relação positiva e significativa com o IDM (no Modelo 10), a liquidez continua a exercer um efeito negativo e significativo sobre o desenvolvimento municipal (semelhante ao resultado do Modelo 2), não havendo efeito de mediação.

A disponibilidade de caixa para cumprimento de obrigações futuras só é exigida pela LRF nos últimos quadrimestres do mandato e tem como objetivo garantir uma boa herança administrativa aos futuros governantes e possibilitar a implementação de políticas públicas. No entanto, os resultados indicam que a manutenção de recursos em caixa parece dificultar a realização de gastos e investimentos públicos, restringindo a execução de projetos que proporcionem desenvolvimento socioeconômico. Ademais, como é possível observar nos resultados da Tabela 1, os municípios brasileiros apresentam, em média, baixa liquidez, sinalizando as dificuldades de geração de caixa.

4 CONCLUSÕES

Na literatura, tem-se verificado estudos buscam explicar os determinantes do desenvolvimento socioeconômico. Autores como Cruz et al. (2012) e Ling e Roberts (2014) têm identificado que a transparência de informações fiscais pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Como destacam os autores, a divulgação de informações tende a contribuir para o exercício da cidadania, possibilitando um monitoramento mais efetivo dos gestores públicos, que por sua vez, se traduz em aumento do bem-estar da sociedade. Contudo, os autores destacam que esta relação depende do ambiente institucional e do nível de democracia do país, o que instiga o desenvolvimento de pesquisas em outros contextos.

Deste modo, o presente estudo contribui para literatura ao analisar esta relação no contexto brasileiro, cujo regime democrático é recente e ainda se encontram desafios para sua consolidação e ampliação. Os resultados aqui apresentados indicam que os municípios brasileiros que mantêm maiores níveis de transparência, gozam também de melhores índices de saúde, educação, emprego e etc. Tais resultados corroboram os estudos de Cruz et al. (2012), Ling e Roberts (2014) e Comin

et al. (2016), indicando que a divulgação de informações voluntárias é relevante para o fortalecimento da cidadania, pela luta de direitos sociais e melhoria das condições socioeconômicas. Contudo, ainda restam incertezas sobre como esta relação ocorre.

Diferentemente dos estudos anteriores, a presente pesquisa inclui a gestão fiscal como variável mediadora da modelo, auxiliando na compreensão de como a relação da transparência e o desempenho socioeconômico se desenvolve. O estudo identificou que a transparência das informações contribui para a autonomia fiscal do município e para redução dos gastos com a estrutura administrativa, e que estes indicadores fiscais, por sua vez, também contribuem para um melhor desempenho socioeconômico. Assim, o estudo indica que a divulgação de informações voluntárias pode ser um instrumento relevante de controle social, resultando na melhoria da eficiência fiscal e na alocação de recursos em áreas de interesse da sociedade, reverberando em melhores indicadores socioeconômicos.

Assim, os resultados permitem aprofundar o debate teórico apresentado por Cruz et al. (2012), Ling e Roberts (2014) e Comin et al. (2016), identificando não apenas uma relação direta com o desempenho socioeconômico, como uma relação indireta, mediada pela gestão fiscal, apresentando novas delineações.

Por exemplo, os resultados encontrados também revelaram que a divulgação de informações está associada a menores níveis de investimento público. Apesar de contradizer as expectativas da literatura (WEHNER; RENZIO, 2013; SIMONE et al., 2019), a presente pesquisa reforça a hipótese que a transparência afeta as decisões orçamentárias. O resultado sugere que a implementação de práticas de transparência e, por consequente, de controle social, tendem a reduzir os níveis de corrupção nos municípios, o que pode ter consequência sobre os orçamentos dos projetos de investimentos.

Ademais, o estudo revelou ainda que os investimentos públicos apenas proporcionam melhorias nas condições sociais quando acompanhados de práticas de transparência. Como revela a teoria da agência (JENSEN; MECKLING, 1976), a divulgação de informações e a redução da assimetria de informação tende a facilitar o controle do comportamento oportunista dos agentes. Assim, o que se verifica é que a transparência das informações parece aumentar o comprometimento dos gestores com os cidadãos, levando ao uso mais consciente do recurso público e permitindo a escolha de projetos mais eficientes.

Por outro lado, os resultados sugerem que quando os investimentos são realizados sem considerar a divulgação de informações, eles podem não resultar em melhoria socioeconômica para população. Assim, o estudo reforça que além do cumprimento das regras fiscais, é necessário exigir o comprometimento dos gestores públicos com as práticas de transparência e *accountability*.

Ademais, a presente pesquisa não identificou relação significativa entre a transparência e a liquidez. E, diferente do que propõe a literatura (LOUZANO et al., 2019; PASSOS et al., 2022), aqui se verifica que o indicador fiscal apresenta uma relação negativa com o desenvolvimento socioeconômico, indicando que a necessidade de manutenção de recursos em caixa pode dificultar realização de projetos que proporcionem desenvolvimento socioeconômico.

Como se vê, a relação entre a transparência, gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico apresenta comportamentos diversos a depender da perspectiva fiscal considerada. Ao abordar a gestão fiscal apenas pelo IFGF (LOUZANO et al., 2019; ROSA et al., 2021; PASSOS et al., 2022), os estudos anteriores ignoram a diversidade e complexidade das relações geradas. Ao considerar os diversos indicadores, o

presente estudo incita o desenvolvimento de discussões sobre a aplicação de normas fiscais e a promoção políticas públicas.

Contudo, deve-se considerar também que o desenvolvimento da pesquisa se encontra limitado à disponibilização dos dados fiscais, econômicos e sociais dos municípios, atrelados às bases de dados do FIRJAM, IGM/CFA e IBGE. Recomenda-se que estudos futuros possam superar esta limitação e que considerem outros parâmetros para a avaliação do desempenho socioeconômico, abordando questões de bem-estar, qualidade de vida e felicidade. Ademais sugere-se também a inclusão de características atreladas à democracia, as disparidades regionais e os ciclos econômicos ocorridos no país, que possam contribuir para o modelo.

REFERÊNCIAS

ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Transparency, political polarization, and political budget cycles in oecd countries. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 530-550, 2006. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00200.x>.

BERGMAN, M.; HUTCHISON, M. M.; HOUGAARD JENSEN, S. E. Do sound public finances require fiscal rules or is market pressure enough? **Economic Papers / European Economy**, n. 489, p. 1-58, 2013. Publications Office. <http://dx.doi.org/10.2765/42955>

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000.

CICATIELLO, L.; SIMONE, E.; ERCOLANO, S.; GAETA, G. L. Assessing the impact of fiscal transparency on FDI inflows. **Socio-Economic Planning Sciences**, v. 73, p. 100892, 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.seps.2020.100892>.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparency of the municipal public management: a study from the homepages of the large brazilian municipalities. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, fev. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122012000100008>.

COMIN, D.; RAMOS, F. M.; ZUCCHI, C.; FAVRETTO, J.; FACHI, C. C. The active transparency in Santa Catarina municipalities: evaluation of the rate of compliance to access to information law and its determinants. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 15, n. 46, p.24-34, 2016.

CRUZ, C. F.; AFONSO, L. E. Fiscal management and pillars of the fiscal responsibility law in Brazil: evidence in large municipalities. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 1, p. 126-148, 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612165847>.

DRISCOLL, J. C.; KRAAY, A. C. Consistent covariance matrix estimation with spatially dependent panel data. **Review of Economics and Statistics**, v. 80, n. 4, p. 549-560, 1998. MIT Press - Journals. <http://dx.doi.org/10.1162/003465398557825>.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Índice Firjan Gestão Fiscal: edição 2021**. 2021. Disponível em: <https://firjan.com.br/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GOBETTI, S. W. **Estimativa dos Investimentos Públicos**: um novo modelo de análise da execução orçamentária aplicado às contas nacionais. Brasília: ESAF, 2006.

HABBE, A. H. The exploration of effect of financial performance to the public welfare. **International Journal of Law and Management**, v. 63, n. 5, p. 464-478, 2021. <https://doi.org/10.1108/IJLMA-09-2017-0222>.

JARMUZEK, M. **Does fiscal transparency matter?** The evidence from transition economies, Warsaw, Poland: Center for Social and Economic Research, 2006.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0304-405x\(76\)90026-x](http://dx.doi.org/10.1016/0304-405x(76)90026-x).

KOPITS, M. G.; CRAIG, M. J. D. **Transparency in government operations**, Washington: International Monetary Fund, 1998.

LEITE FILHO, G. A.; CRUZ, C. F.; SILVA, T. G.; NASCIMENTO, J. P. B. Relationship between fiscal management quality and brazilian's municipalities transparency. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, p. 337-355, 19 dez. 2018. Fundacao Getulio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75408>.

LEUZ, C. L.; VERRECCHIA, R. E. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 38, n. 1, p. 91-124, 2000

LOUZANO, J. P. O.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; ZUCCOLOTTO, R. Granger causality of the socioeconomic development indicator on fiscal management of Brazilian municipalities. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 610-627, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180139>.

MACKINNON, D. P.; LOCKWOOD, C. M.; HOFFMAN, J. M.; WEST, S. G.; SHEETS, V. Comparison of methods to test mediation and other intervening variable effects. **Psychological Methods**, v. 7, p. 83–104, 2002. <https://doi.org/10.1037/1082-989x.7.1.83>

MONTES, G. C.; BASTOS, J. C. A.; OLIVEIRA, A. J. Fiscal transparency, government effectiveness and government spending efficiency: some international evidence based on panel data approach. **Economic Modelling**, v. 79, p. 211-225, 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.econmod.2018.10.013>.

MOTA, B. F.; DINIZ, J. A.; SANTOS, L. C. Budgetary structure as a determinant in measuring fiscal transparency. **Contabilidade Gestão e Governança**, v. 20, n. 2, p. 293–313, 2017.

MURSHED, S. M.; BERGOUGUI, B.; BADIUZZAMAN, M.; PULOK, M. H. Fiscal capacity, democratic institutions and social welfare outcomes in developing countries.

Defence and Peace Economics, v. 33, n. 3, p. 280-305, 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10242694.2020.1817259>.

ORAIR, R. O.; SIQUEIRA, F. F. Investimento público no Brasil e suas relações com ciclo econômico e regime fiscal. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 939-969, 2018.

PASSOS, I. C.; GONÇALVES, R. M.; RIBEIRO, F. A.; MORI, J. S.; GAIO, L. E. A relação entre o desempenho na gestão fiscal e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Rio de Janeiro de 2006 a 2013. **CAP Accounting and Management**, v. 16, n. 1. p. 74-91, 2022.

PORUMBESCU, G. A. Does transparency improve citizens' perceptions of government performance? Evidence from Seoul, South Korea. **Administration & Society**, v. 49, n. 3, p. 443-468, 28 jul. 2016. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0095399715593314>.

RABÊLO, T. M.; MOURÃO, G. N. Gestão fiscal e desenvolvimento humano no Vale do Ribeira. **Caderno PAIC**, v. 15, p. 203-219, 2014.

ROSA, F. S; MARTINS, S; LUNKES, R. J.; VIEIRA, D. M. A influência da transparência pública na relação entre gestão fiscal e no desempenho de municípios brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 54, p. 262-278, 2021.

SANTOS, L. C.; MACHADO, M. R. Gestão fiscal como determinante da transparência fiscal ativa: um estudo nos municípios paraibanos. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 9, n. 1, p. 77-96, 2021. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2021v9n1.45620>.

SEDMIHRADSKÁ, L.; HAAS, J. Budget transparency and fiscal performance: Do open budgets matter?. **Munich Personal RePEc Archive**, n. 42260, p. 1-13, 2012.

SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Fiscal management, public management efficiency and socioeconomic development of Ceará municipalities. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, p. 791-801, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180234>.

SIMONE, E.; BONASIA, M.; GAETA, G. L.; CICATIELLO, L. The effect of fiscal transparency on government spending efficiency. **Journal of Economic Studies**, v. 46, n. 7, p. 1365-1379, 2019. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/jes-03-2019-0123>.

SOUSA, P. F. B.; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; GOMES, A. O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 1, p. 58-70, 2013. Portal de Periodicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20130104>.

WEHNER, J.; RENZIO, P. Legislators, and executive disclosure: the political determinants of fiscal transparency. **World Development**, v. 41, p. 96-108, 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.06.005>.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me ensinarem a desejar, a buscar e a ter esperança! À universidade pública por nos permitir alcançar!